

SUMÁRIO

Capítulo I – A FAMÍLIA E O DIREITO DE FAMÍLIA

1. Relações jurídicas de família	19
2. Características próprias do direito de família	21
3. Direitos subjetivos e poderes jurídicos	23
SÍNTESE	24

Capítulo II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA

1. A família no Direito Romano	26
2. A família no Direito Canônico	28
3. O direito de família anterior ao Código Civil/1916	32
4. A família no Código Civil/1916 e nas leis posteriores (1917-1988)	35
5. A Constituição/1988 e leis posteriores (1988-2000)	37
6. A situação do direito de família no Código Civil/2002 e nas leis posteriores	38
SÍNTESE	41

Capítulo III – O PARENTESCO

1. Diversas espécies de parentesco	45
2. Linhas e graus de parentesco	47
3. Efeitos legais do parentesco	48
SÍNTESE	49

Capítulo IV – OS ALIMENTOS

1. Conceito, natureza e finalidade dos alimentos	51
2. Diversas espécies de alimentos	53
2.1 Alimentos devidos em virtude do parentesco	53
2.2 Alimentos devidos entre cônjuges e companheiros	54
3. Características da obrigação alimentar	
3.1 Irrenunciabilidade	54

3.2	<i>Ausência de solidariedade</i>	56
3.3	<i>Irrepetibilidade</i>	57
3.4	<i>Transmissibilidade</i>	58
3.5	<i>Impenhorabilidade</i>	61
3.6	<i>Incompensabilidade</i>	61
3.7	<i>Irretroatividade</i>	62
3.8	<i>Imprescritibilidade</i>	62
3.9	<i>A subordinação da pensão ao binômio alimentar</i>	63
3.10	<i>Alimentos compensatórios</i>	63
3.11	<i>Conteúdo e incidência da verba pensional</i>	65
3.12	<i>Periodicidade</i>	66
4.	<i>Extinção do encargo alimentar</i>	66
5.	<i>Execução dos alimentos</i>	69
6.	<i>Meios processuais para obtenção dos alimentos</i>	73
6.1	<i>Ação de alimentos de rito especial</i>	73
6.2	<i>Ações ordinárias de alimentos</i>	73
6.3	<i>Ações de divórcio e dissolução de união estável</i>	74
6.4	<i>Ação indenizatória decorrente de ato ilícito</i>	74
6.5	<i>Alimentos sob a disciplina da Lei 11.340, de 07/08/2006</i>	75
	<i>SÍNTESE</i>	76

Capítulo V – O CASAMENTO

1.	<i>Conceito, finalidades e natureza jurídica do casamento</i>	79
2.	<i>Promessa de casamento. Casamento e esponsais</i>	82
3.	<i>Casamento civil e religioso</i>	82
	<i>SÍNTESE</i>	84

Capítulo VI – CELEBRAÇÃO E PROVA DO CASAMENTO

1.	<i>Habilitação e capacidade para o casamento</i>	86
2.	<i>Publicidade e celebração do casamento</i>	89
3.	<i>Prova do casamento</i>	91
	<i>SÍNTESE</i>	92

Capítulo VII – IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS E CAUSAS SUSPENSIVAS. NULIDADE E ANULAÇÃO DE CASAMENTO

1.	<i>Casamento no Direito Romano e Canônico</i>	94
2.	<i>Impedimentos no Direito Canônico</i>	95
3.	<i>Impedimentos no direito civil brasileiro</i>	95
4.	<i>Causas suspensivas do casamento</i>	97
5.	<i>Nulidade e anulação de casamento</i>	98
6.	<i>Casamento putativo</i>	102

7. Prazos de decadência	103
8. Regime da separação obrigatória de bens	104
SÍNTESE	104

Capítulo VIII – SOCIEDADE CONJUGAL. DIREITOS E DEVERES DOS CÔNJUGES

1. Sociedade conjugal	107
2. Unidade da família matrimonial e suas consequências	107
3. Situação dos cônjuges na família	108
4. Relações pessoais entre os cônjuges. Deveres recíprocos	109
4.1 Fidelidade recíproca	109
4.2 Vida em comum no domicílio conjugal	109
4.3 Mútua assistência	110
4.4 Sustento, guarda e educação dos filhos	110
4.5 Respeito e consideração mútuos	111
5. Funções dos cônjuges	111
SÍNTESE	113

Capítulo IX – REGIME DE BENS

1. Regime de bens	115
2. Princípio básico: autonomia da vontade	117
3. Convenções antenupciais	120
4. Administração dos bens	123
5. Sociedade comercial entre cônjuges	127
6. Dissolução do regime	129
SÍNTESE	130

Capítulo X – REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL

1. Regime da comunhão parcial. Bens excluídos e incluídos na comunhão	133
SÍNTESE	137

Capítulo XI – REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL

1. Definição e origens históricas	138
2. Pactos modificativos do regime da comunhão	140
3. Bens incomunicáveis	140
SÍNTESE	143

Capítulo XII – REGIMES DA SEPARAÇÃO

1. Regime da separação convencional	144
2. Regime da separação obrigatória ou legal	145
SÍNTESE	147

Capítulo XIII – REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

1. Conteúdo do regime de participação final nos aquestos	149
SÍNTESE	150

Capítulo XIV – A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO

1. A dissolução do matrimônio e a Emenda Constitucional 66	152
2. O divórcio	154
2.1 Modalidades	155
2.1.1 O divórcio consensual	155
2.1.1.1 Judicial	155
2.1.1.2 Extrajudicial	157
2.1.2 O divórcio litigioso	159
2.2 Os efeitos do divórcio	160
2.2.1 O direito à pensão	161
2.2.2 O direito à guarda	163
2.2.3 O direito à convivência	171
2.2.4 O direito ao nome	174
2.2.5 A partilha de bens	174
2.3 Efeitos específicos do divórcio	176
3. Processo	176
3.1 A ação de divórcio litigioso	176
3.1.1 Legitimidade	178
3.1.2 Competência	178
3.2 As tutelas de urgência de natureza cautelar e outras medidas voltadas à preservação de direitos inerentes à ação de separação e de divórcio judicial	178
3.2.1 A tutela de urgência de natureza cautelar de separação de corpos	179
3.2.2 A tutela de urgência de natureza cautelar de outorga de guarda e regulamentação de convivência	182
3.2.3 A tutela de urgência de natureza cautelar que visa à entrega de bens de uso pessoal	183
3.2.4 A tutela de urgência de natureza cautelar de arrolamento de bens	184
3.2.5 A ação de produção antecipada de provas	185
3.2.6 Exibição de documento ou coisa	186
3.2.7 A tutela de urgência de natureza cautelar de sequestro	186
3.2.8 A tutela de urgência de natureza cautelar de protesto contra alienação de bens	186
3.2.9 Os alimentos provisionais	187
3.2.10 Outras tutelas de urgência de natureza cautelar	187
4. A responsabilidade civil entre cônjuges	187
SÍNTESE	190

Capítulo XV – SEGUNDAS NÚPCIAS

1. As segundas núpcias e seus efeitos jurídicos	194
SÍNTESE	195

Capítulo XVI – DA FILIAÇÃO

1. Diversas espécies de filiação	196
1.1 Breve histórico	197
1.2 A modificação constitucional	200
1.3 A filiação no Código Civil/2002	200
2. Dos filhos havidos no casamento	201
3. Ação negatória de paternidade	203
4. Da família natural	204
5. Filiação socioafetiva	204
6. O reconhecimento dos filhos havidos fora do matrimônio	205
6.1 O reconhecimento voluntário	205
6.2 A investigação de paternidade	206
6.2.1 Histórico	206
6.2.2 Ação de investigação de paternidade	209
6.3 A investigação da maternidade	212
7. Guarda e exercício do poder familiar com relação aos filhos reconhecidos	212
SÍNTESE	214

Capítulo XVII – A ADOÇÃO

1. Conceito	217
2. Evolução histórica	217
3. Função social	219
4. Evolução histórica da adoção no Direito Brasileiro	219
4.1 O regime da Lei 3.133/1957	220
4.2 O regime do Estatuto da Criança e do Adolescente	221
5. O regime atual da adoção no Direito Brasileiro	222
5.1 Requisitos da adoção em âmbito nacional	223
5.1.1 Idade	223
5.1.2 Habilitação	223
5.1.3 Adoção por duas pessoas	223
5.1.4 Consentimento do adotado	224
5.1.5 Adoção por tutor ou curador	225
5.1.6 Adoção prioritária por membros da família extensa	225
5.1.7 Preservação dos laços fraternais entre irmãos	225
5.1.8 Ato personalíssimo	225
5.2 Adoção internacional	225

5.3	<i>Processo judicial</i>	226
5.4	<i>Efeitos</i>	228
	SÍNTESE	229

Capítulo XVIII – PODER FAMILIAR, TUTELA E CURATELA

1.	Poder familiar: conceito	232
2.	Conteúdo do poder familiar	232
3.	Suspensão e destituição do poder familiar	236
3.1	<i>Suspensão do poder familiar</i>	237
3.2	<i>Destituição do poder familiar</i>	237
4.	Extinção do poder familiar	239
5.	Tutela	240
5.1	<i>Formas de tutela</i>	240
5.2	<i>Nomeação e escusa de tutor</i>	241
6.	Exercício da tutela. Prestação de contas. Cessação	241
7.	Curatela	243
7.1	<i>Pessoas sujeitas à curatela</i>	243
7.2	<i>Legitimidade para a promoção da interdição</i>	243
7.3	<i>O processo de interdição</i>	244
7.4	<i>Os que podem exercer a curadoria</i>	244
7.5	<i>O levantamento da interdição</i>	244
7.6	<i>Outras hipóteses de curatela</i>	245
7.7	<i>Da curadoria de ausentes</i>	245
8.	Tomada de decisão apoiada	246
	SÍNTESE	248

Capítulo XIX – A UNIÃO ESTÁVEL

1.	Considerações históricas	252
2.	O concubinato na jurisprudência até 1988	254
3.	A união estável	257
4.	As Leis 8.971/1994 e 9.278/1996	260
5.	O Projeto de Estatuto da União Estável	265
6.	A união estável no Código Civil/2002	269
6.1	<i>Conceito e pressupostos</i>	269
6.1.1	<i>Diversidade de sexos e as uniões homoafetivas</i>	270
6.1.2	<i>Convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de formação de família</i>	273
6.1.3	<i>Ausência de impedimento para contrair matrimônio</i>	274
6.2	<i>A união estável, as uniões simultâneas e outros institutos afins</i>	275
6.2.1	<i>Origem</i>	276
6.3	<i>Direitos e deveres dos conviventes</i>	279

6.3.1	<i>Dever de lealdade e respeito</i>	280
6.3.2	<i>Dever de assistência</i>	280
6.3.3	<i>Guarda, sustento e educação dos filhos</i>	281
6.3.4	<i>O dever referente à coabitação</i>	281
6.4	<i>Regime de bens</i>	283
6.4.1	<i>Considerações gerais</i>	283
6.4.2	<i>Regime legal aplicável à união estável</i>	284
6.4.3	<i>Contrato de convivência</i>	286
6.5	<i>Alimentos na união estável</i>	287
6.6	<i>Conversão da união estável em casamento</i>	287
	SÍNTESE	290
	Bibliografia	295
	Índice Alfabético-Remissivo	299